



PREFEITURA DE PALMAS
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO HUMANO

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DA META FISCAL 3º QUADRIMESTRE DE 2021

Palmas, Tocantins
Fevereiro de 2022

PREFEITURA DE PALMAS

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO HUMANO

SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Endereço: 502 Sul, Av. NS-02, Conj. 1, Ed. Buritis – 2º Andar CEP: 77.021-658, Palmas – TO

Contatos: 63 – 3212-7119 / orcamento@palmas.to.gov.br

Para assegurar a tempestividade, a revisão deste documento é ligeiramente pontual, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

A reprodução do conteúdo deste relatório pode ser realizada em sua totalidade ou de forma parcial, desde que citada a fonte.

TOCANTINS. Superintendência de Planejamento e Orçamento. Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Humano. **Relatório de Avaliação do Cumprimento da Meta Fiscal:** 3º Quadrimestre de 2021. Palmas, 2022.

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	6
2. ANÁLISE DO RESULTADO FISCAL DO 3º QUADRIMESTRE.....	7
2.1. Receitas arrecadadas	7
2.2. Despesas executadas.....	11
2.3. Resultado primário.....	15

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Metas Fiscais Anuais.....	6
Tabela 2 - Resultado da arrecadação do 3º quadrimestre.	8
Tabela 3 – Despesas executadas no 3º quadrimestre.	11
Tabela 4 – Despesas executadas no 3º quadrimestre agrupadas.	12
Tabela 5 – Despesas executadas no 3º quadrimestre por função.	13
Tabela 6 - Resultado primário do 3º quadrimestre.	15
Tabela 7 – Comparativo resultado dos quadrimestres.	16
Tabela 8 - Resultado Nominal	17

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. O presente relatório apresenta de forma sintetizada a avaliação do cumprimento da meta fiscal até o 3º quadrimestre do exercício de 2021, conforme o determina o art. 9º, § 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal e tendo em vista o art. 38 da Lei nº 2.584, de 31 de dezembro de 2020, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2021.
2. Nessa linha, o relatório se insere como parte da avaliação da audiência pública a ser realizada na Comissão de Finanças, Tributação e Fiscalização e Controle da Câmara Municipal de Palmas.
3. Em se tratando da meta de 2021, o resultado foi um superávit primário de R\$ 136,7 milhões, acima da meta estabelecida para o período. A diferença foi positiva em virtude do aumento das receitas primárias, sobretudo por razões ocasionadas pela inflação, e da não realização de despesas com investimentos nos níveis esperados, mas que ainda assim é mantém o mesmo ritmo do ano anterior.
4. Na arrecadação total houve um excedente de R\$ 46,9 milhões, derivado principalmente pelas transferências correntes com saldo a mais que o previsto de R\$ 144 milhões diante do previsto, assim como as receitas tributárias com R\$ 81,3 milhões, decorrente sobretudo do Refis. Esta dinâmica compensou a frustração nas receitas financeiras que somou R\$ 161,4 milhões.
5. Isso possibilita que o município realize **adequações** fiscais e orçamentários da arrecadação própria para o enfrentamento da pandemia da COVID-19, como o realizado por meio da Lei nº 2.607, de 3 de agosto de 2021, que destinou R\$ 12 milhões para as áreas da Saúde e Assistência Social.
6. Com um resultado que apresenta uma melhora na condição fiscal, e diante do mecanismo de controle de sustentabilidade, é possível que a Administração tenha condições para a manutenção das ações necessárias à retomada da economia assim como garantir a continuidade e implementação de obras e serviços estratégicos, assim como o resgate de situações de correção de fluxo de despesas como as relativas às despesas com pessoal.

ERON BRINGEL COELHO

Secretário Interino de Planejamento e Desenvolvimento Humano

JOSÉ AUGUSTO RODRIGUES SANTOS JÚNIOR

Superintendente de Planejamento e Orçamento

1. APRESENTAÇÃO

1. A Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, no § 4º do art. 9º, e o art. 38 da Lei nº 2.584, de 31 de dezembro de 2020, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, de 2021, estabelecem que até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo deverá demonstrar e avaliar, em audiência pública junto Comissão de Finanças, Tributação e Fiscalização e Controle da Câmara Municipal de Palmas, o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre.

2. Inicialmente, destaca-se que desde março de 2020 o município de Palmas está em estado de calamidade, que conforme disposição contida no art. 65 da LRF, está dispensado do cumprimento da meta fiscal.

3. De todo modo, as metas fiscais para o exercício de 2021 estão relacionadas no Demonstrativo 1 do Anexo III à Lei nº 2.584, de 2020, sendo resumidas abaixo:

Tabela 1 - Metas Fiscais Anuais		R\$ milhares
DESCRIÇÃO		VALOR
Receitas e Despesas Totais		1.519.830
Resultado Primário		2.925
Resultado Nominal		12.973
Dívida Pública Consolidada		199.638
Dívida Consolidada Líquida		(67.968)

Fonte: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Humano.

4. O Poder Executivo por meio do Decreto nº 1.992, de 11 de fevereiro de 2021, realizou a programação orçamentária e financeira sendo as metas desdobradas em: i) metas quadrimestrais de resultado primário, ii) metas bimestrais de arrecadação e iii) cronograma mensal de desembolso, conforme manda os art. 8º da LRF e art. 36 da LDO 2021.

5. Neste contexto, as metas serão avaliadas quadrimestralmente, indicando o desempenho fiscal, tendo este relatório a avaliação do cumprimento da meta fiscal até o 3º quadrimestre de 2021, destacando-se comportamento das receitas e despesas e influências na meta fiscal contida na LDO.

6. Os dados apresentados correspondem ao conjunto das informações dos Poderes Executivo e Legislativo, de janeiro até dezembro de 2021.

2. ANÁLISE DO RESULTADO FISCAL DO 3º QUADRIMESTRE

2.1. Receitas arrecadadas

7. Conforme instrui o art. 13 da LRF, até trinta dias contados a partir da publicação Lei Orçamentária Anual LOA, as receitas devem ser desdobradas em metas bimestrais de arrecadação, o que foi realizado por intermédio do Decreto nº 1.992/2021, no desdobramento das receitas contidas na Lei nº 2.589, de 11 de janeiro de 2021.

8. Para o estabelecimento das metas bimestrais de arrecadação levou-se em consideração o comportamento da arrecadação a partir da série histórica, e os ajustes necessários às sazonalidades identificadas, numa harmonização dos dados fiscais e dos parâmetros da LDO.

9. As metas bimestrais estão divididas nas principais receitas, evidenciando aquelas com maior relevância para os resultados. Deste modo, as classificações das receitas constantes da LOA podem ser feitas em receitas primárias e não-primárias (ou financeiras), e, ainda, em receitas intraorçamentárias.

10. As receitas primárias são àquelas derivadas do esforço arrecadatário do município de Palmas, como exemplo, os tributos e as contribuições, além das transferências constitucionais.

11. Já as receitas não-primárias possuem a característica de serem obtidas por meio de financiamento do gasto, como as operações de crédito, enquanto as receitas intraorçamentárias correspondem às transações entre os órgãos municipais.

12. Logo, as receitas primárias têm maior relevância na avaliação fiscal, vez que possibilitam a redução do endividamento público por meio do aumento das disponibilidades de caixa sem quaisquer contrapartidas, no sentido inverso das receitas não-primárias (financeira), que embora aumentem as disponibilidades de caixa também geram um comprometimento aumentando o estoque da dívida pública.

13. As receitas intraorçamentárias não possuem impacto fiscal, sendo meramente divisão contábil.

14. Vejamos a seguir os valores previstos no Decreto nº 1.992/2021 para o quadrimestre em avaliação:

**RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO
DO CUMPRIMENTO DA META FISCAL
3º QUADRIMESTRE DE 2021**

Tabela 2 - Resultado da arrecadação do 3º quadrimestre.

R\$ 1,00

RECEITAS*	3ºQ21				ARRECADADO 3ºQ20	DIF ARREC. 3Q21 - 3Q20	VARIAÇÃO %	
	PREVISTO	ARRECADADO	SALDO	VAR %			NOMINAL	REAL ¹
RECEITAS CORRENTES (I)	1.155.834.601	1.379.560.033	223.725.432	19,36	1.200.557.458	179.002.575	14,91	9,94
RECEITA TRIBUTÁRIA	308.729.100	390.109.620	81.380.520	26,36	315.340.331	74.769.289	23,71	18,36
Impostos	277.007.400	357.022.073	80.014.673	28,89	287.032.509	69.989.564	24,38	19,01
IPTU	71.991.600	78.890.181	6.898.581	9,58	68.800.513	10.089.668	14,67	9,71
IRRF	56.432.100	72.851.918	16.419.818	29,10	61.099.948	11.751.970	19,23	14,08
ITBI	30.123.400	33.170.691	3.047.291	10,12	31.036.178	2.134.512	6,88	2,26
ISSQN	118.460.300	172.109.283	53.648.983	45,29	126.095.869	46.013.414	36,49	30,59
Taxas	31.721.700	33.082.203	1.360.503	4,29	28.296.614	4.785.590	16,91	11,86
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	83.753.790	82.946.734	(807.056)	(0,96)	79.788.875	3.157.860	3,96	(0,54)
RECEITA PATRIMONIAL	5.720	8.548	2.828	49,45	18.003.312	(17.994.765)	(99,95)	(99,95)
RECEITA DE SERVIÇOS	2.016.500	17.257	(1.999.243)	(99,14)	35.803	(18.545)	(51,80)	(53,88)
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	747.741.595	892.366.955	144.625.360	19,34	775.042.259	117.324.696	15,14	10,16
FPM	241.536.105	251.617.433	10.081.329	4,17	208.717.582	42.899.851	20,55	15,34
ICMS	95.046.000	126.510.194	31.464.194	33,10	93.778.768	32.731.426	34,90	29,07
Fundeb	230.823.450	278.581.184	47.757.734	20,69	215.707.605	62.873.579	29,15	23,57
SUS	113.068.700	134.784.780	21.716.080	19,21	126.180.857	8.603.923	6,82	2,20
Demais	67.267.341	100.873.364	33.606.023	49,96	130.657.447	(29.784.083)	(22,80)	(26,13)
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	13.587.896	14.110.919	523.023	3,85	12.346.878	1.764.041	14,29	9,35
RECEITAS DE CAPITAL (II)	23.923.691	3.991.516	(19.932.175)	(83,32)	4.405.118	(413.602)	(9,39)	(13,31)
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	23.923.691	3.988.284	(19.935.407)	(83,33)	4.401.096	(412.812)	(9,38)	(13,30)
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	-	3.232	3.232	-	4.022	(790)	(19,64)	(23,12)
RECEITAS PRIMÁRIAS (III) = (I + II)	1.179.758.292	1.383.551.549	203.793.258	17,27	1.204.962.576	178.588.973	14,82	9,86
RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS (IV)	56.845.238	61.365.487	4.520.249	7,95	57.985.966	3.379.520	5,83	1,25
RECEITAS FINANCEIRAS (V)	283.226.287	121.833.048	(161.393.239)	(56,98)	173.433.397	(51.600.349)	(29,75)	(32,79)
TOTAL (III + IV + V)	1.519.829.817	1.566.750.084	46.920.267	3,09	1.436.381.940	130.368.145	9,08	4,36

Fonte: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Humano.

* Receita líquida de deduções

¹ A preço de janeiro de 2022, corrigidos pelo acumulado do Índice Nacional de Preços Ao Consumidor Amplo (IPCA).

15. As receitas totais do município de Palmas atingiram R\$ 1.566,7 bilhão até o 3º trimestre de 2021, um resultado que equivale ao ganho de 3% em relação ao previsto de R\$ 1.519,8 bilhão para o ano. O resultado do exercício foi de um excedente de R\$ 46,9 milhões, confirmando a tendência verificada no 2º trimestre quando teve mais de R\$ 32 milhões de saldo a maior da arrecadação.
16. Comparando o arrecadado para todas as receitas do município de Palmas de janeiro até dezembro de 2021, constata-se um ganho de arrecadação de R\$ 130,4 milhões em relação ao montante arrecadado de 2020, um crescimento real de 4%.
17. As receitas primárias, que é o principal grupo de demonstração deste relatório, teve uma arrecadação de janeiro até dezembro de 2021 de R\$ 1.383,6 bilhão, superando em R\$ 203,8 milhões o previsto de R\$ 1.179,8 bilhão.
18. Este resultado foi melhor que o observado no mesmo período de 2020, tendo uma evolução real de R\$ 137,4 milhões na arrecadação, sobretudo pelos efeitos da inflação nas transferências correntes, e das receitas tributárias com o impacto do Refis realizado.
19. Na avaliação das categorias econômicas, as receitas primárias correntes obtiveram um excedente de R\$ 223,7 milhões em 2021 a mais do previsto de R\$ 1.155,8 milhões, sendo 10% a mais que 2020, já considerando a inflação, enquanto as receitas primárias de capital frustraram R\$ 19,9 milhões na arrecadação, frente os R\$ 23,9 milhões previstos, ou uma perda real de 13,3% frente ao mesmo período de 2020.
20. Quanto a origem das receitas correntes primárias, as receitas tributárias apresentaram um crescimento real de 18,3% em 2021, quando comparado com 2020. O incremento nominal na arrecadação das receitas tributárias foi de R\$ 74,7 milhões em 2021 em relação ao ano de 2020, decorrido principalmente do Refis, que negociou um volume de R\$ 134,5 milhões de débitos, tendo arrecadado à vista o montante de R\$ 31,6 milhões.
21. Todos os tributos municipais tiveram um resultado positivo em 2021, com destaque para o Imposto Sobre Serviços – ISS, que apresentou um crescimento real de 30% em relação a 2020, e em termos nominais foram R\$ 46,7 milhões a mais, já considerando a arrecadação com a dívida ativa, multas e juros.
22. Como já destacado, o Refis contribuiu significativamente para o resultado das receitas tributárias no exercício, mas antes da sua realização o município já apresentava um resultado satisfatório frente ao exercício de 2020, puxado pela recuperação do ritmo econômico mediante os investimentos públicos em saúde e infraestrutura, com geração de renda, e da inflação incidente sobre os preços.

23. Em se tratando das transferências correntes, em 2021 houve uma arrecadação de R\$ 892,4 milhões, derivando um excedente de R\$ 144,6 milhões em relação ao previsto de R\$ 747,7 milhões. No comparativo com o mesmo período de 2020 estas receitas tiveram um ganho real de R\$ 91,1 milhões.
24. As transferências do Fundo de Participação dos Municípios – FPM somou R\$ 251,6 milhões de cotas transferidas para Palmas, que comparadas com mesmo período de 2020 apresenta um incremento real de R\$ 37 milhões.
25. Destaca-se que as transferências do FPM é uma importante receita para o município de Palmas, e o seu resultado apresentado reflete a captura da elevação de preços pela inflação. Outro ponto a ser destacado é que o município tem evoluído na autonomia financeira, e a dependência dessa transferência tende a diminuir à medida em que os tributos próprios assumem a relevância no conjunto da arrecadação.
26. Medidas de incentivo à arrecadação e ações fiscais admitidas pela Administração que facilitam e simplificam a relação entre o contribuinte e a fazenda municipal reforçam o incremento na arrecadação tributária que já supera as cotas de transferências do FPM.
27. Em mesmo sentido teve o Imposto sobre Circulação de Mercadorias – ICMS, que atingiu ganho real de R\$ 31,5 milhões no comparativo de 2021 com 2020, que se assemelha ao excedente acumulado em 2021, superando o previsto de R\$ 95 milhões.
28. O novo Fundo de Manutenção da Educação Básica – Fundeb, regulamentado por meio da Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020 e Decreto nº 10.656, de 22 de março de 2021, apresentou crescimento acima da inflação, com saldo de R\$ 58,8 milhões em 2021.
29. Os resultados do FPM, ICMS e Fundeb compensam a redução das receitas extraordinárias que foram realizadas em 2020.
30. De outra análise, as receitas destinadas ao Fundo Municipal de Saúde - FMS, por meio do modelo tripartite do Sistema Único de Saúde – SUS, tiveram ganho real em 2021 de R\$ 3,2 milhões, em relação a 2020. Essa perspectiva só foi superada no último quadrimestre de 2021, tendo em vista que até agosto a queda era de mais de R\$ 9 milhões em relação ao mesmo período de 2020.

2.2. Despesas executadas

31. De semelhante às receitas, as despesas da LOA podem ser classificadas em despesas primárias, não-primárias (ou financeiras) e intraorçamentárias. As despesas primárias correspondem àquelas relacionadas com as atividades próprias do município de Palmas, como os gastos com educação e saúde, enquanto as não-primárias corresponde aos gastos com juros da dívida, por exemplo. As despesas intraorçamentárias são as transações entre órgãos municipais.

32. Logo, as despesas primárias assumem importe relevo na política fiscal, já que tendem a diminuir as disponibilidades de caixa, mas sem afetar o estoque da dívida, enquanto as despesas não-primárias em geral diminuem a disponibilidade de caixa e reduzem o estoque da dívida. Para as despesas primárias existem as obrigatórias, como àquelas despesas com saúde e educação asseguradas pela Constituição Federal e Lei Orgânica do Município de Palmas, e as despesas primárias discricionárias, que diante da necessidade de ajuste fiscal ou frustração de receitas podem não ser realizadas. A tabela a seguir apresenta o agregado das principais despesas executadas:

Tabela 3 – Despesas executadas no 3º quadrimestre.

DESPESA	3ºQ2021	3ºQ2020	DIF.	R\$ milhares VARIAÇÃO %	
				NOM	REAL
1. PRIMÁRIAS	1.175.815	1.105.664	70.152	6,3	1,7
Auxílios Financeiros	15.651	16.467	(817)	(5,0)	(9,1)
Auxílios Pecuniários	18.477	21.902	(3.425)	(15,6)	(19,3)
Contratação por Tempo Determinado	73.773	67.366	6.407	9,5	4,8
Demais Despesas	96.631	41.512	55.118	132,8	122,7
Despesas de Exercícios Anteriores	2.417	15.834	(13.417)	(84,7)	(85,4)
Despesas Previdenciárias	51.474	42.112	9.362	22,2	16,9
Indenizações e Restituições	18.829	19.301	(472)	(2,4)	(6,7)
Material de Consumo	55.866	49.426	6.441	13,0	8,1
Obrigações Patronais	23.679	24.450	(771)	(3,2)	(7,3)
Obrigações Tributárias e Contributivas	14.613	13.438	1.175	8,7	4,0
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	6.513	6.358	155	2,4	(2,0)
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	212.214	166.972	45.243	27,1	21,6
Sentenças Judiciais	1.273	984	289	29,4	23,8
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	503.978	497.570	6.408	1,3	(3,1)
Equipamentos e Material Permanente	7.367	19.086	(11.719)	(61,4)	(63,1)
Obras e Instalações	62.736	76.505	(13.769)	(18,0)	(21,5)
Diárias e Passagens	253	131	122	92,9	84,6
Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	10.072	26.250	(16.178)	(61,6)	(63,3)
2. FINANCEIRAS	39.254	28.327	10.928	38,6	32,6
3. INTRAORÇAMENTÁRIAS	57.821	52.615	5.206	9,9	5,1
4. TOTAL (1+2+3)	1.272.891	1.186.605	86.286	7,3	2,6

Fonte: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Humano.

**RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO
DO CUMPRIMENTO DA META FISCAL
3º QUADRIMESTRE DE 2021**

33. No agrupamento do gasto por natureza de despesas é possível resumir a execução pela perspectiva a seguinte:

Tabela 4 - Execução por grupo de natureza de despesa. R\$ milhares

DESPESA	3ºQ2021	3ºQ2020	DIF.	VARIAÇÃO %	
				NOM	REAL
Pessoal e Encargos Sociais	775.891	713.317	62.574	8,8	4,1
Juros e Encargos da Dívida	14.321	7.543	6.779	89,9	81,7
Outras Despesas Correntes	380.043	336.964	43.079	12,8	7,9
Investimentos	77.703	107.998	(30.295)	(28,1)	(31,2)
Inversões Financeiras	889	1.280	(391)	(30,5)	100,0
Amortização da Dívida	24.044	19.504	4.540	23,3	17,9
TOTAL	1.272.891	1.186.605	86.286	7,3	2,6

Fonte: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Humano.

34. As despesas totais pagas dos Poderes Executivo e Legislativo do município de Palmas totalizam R\$ 1.272,9 bilhão em 2021, que considerada a inflação, representa 3% a mais que o pago em 2020.

35. No apanhado por grupo de natureza de despesas houve um aumento do gasto com juros e encargos da dívida em 82% e da amortização em 18%, derivado dos efeitos da postergação do pagamento realizada por meio da Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020.

36. Os gastos com pessoal decorrem da política de pessoal com o pagamento da data-base, indenização e plantões para os profissionais da saúde, além da continuidade da implementação dos direitos e benefícios previstos nos planos de cargos e carreiras.

37. Nesse giro, as despesas primárias em 2021 atingiram a execução de R\$ 1.175,8 bilhão, um incremento nominal de R\$ 70,1 milhões, correspondendo a 2% de acréscimo real em relação a 2020. Considerando os agrupamentos, as despesas primárias discricionárias tiveram uma redução de 10%, enquanto as receitas primárias obrigatórias tiveram uma evolução de 7% em termos reais, no comparativo com 2020.

Tabela 4 – Despesas executadas no 3º quadrimestre agrupadas. R\$ milhares

DESPESA	3ºQ2021	3ºQ2020	DIF.	VARIAÇÃO %	
				NOM	REAL
1. OBRIGATÓRIAS	846.764	757.138	89.626	11,8	7,0
2. DISCRICIONÁRIAS	329.051	348.525	(19.474)	(5,6)	(9,7)
3. FINANCEIRAS	36.350	26.020	10.330	39,7	33,7
4. INTRAORÇAMENTÁRIAS	60.725	54.921	5.804	10,6	5,8
5. TOTAL (1+2+3+4)	1.272.891	1.186.605	86.286	7,3	2,6

Fonte: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Humano.

**RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO
DO CUMPRIMENTO DA META FISCAL
3º QUADRIMESTRE DE 2021**

38. Considerando os gastos por função de governo, observa que o gasto com Saúde teve crescimento acima da inflação em 9%, uma diferença nominal na ordem de R\$ 36,5 milhões. O montante gasto com Saúde em 2021 foi o maior dos últimos 10 anos, atingindo um percentual acima do mínimo constitucional.

39. Tal perspectiva reforça o reforço do município com destacamento de orçamento e proporcionando condições fiscais para continuar o enfrentamento da COVID-19, que no ano de 2021 viu seu momento mais desafiador.

Tabela 5 – Despesas executadas no 3º trimestre por função. R\$ milhares

FUNÇÃO DE GOVERNO	3ºQ2021	3ºQ2020	DIF.	VARIAÇÃO %	
				NOM	REAL
Legislativa	33.454	44.452	(10.997)	(24,7)	(28,0)
Saúde	297.037	260.482	36.555	14,0	9,1
Educação	368.420	332.496	35.924	10,8	6,0
Assistência Social	32.714	25.450	7.264	28,5	23,0
Urbanismo	165.132	173.263	(8.131)	(4,7)	(8,8)
Administração	104.255	100.116	4.140	4,1	(0,4)
Previdência Social	54.518	44.836	9.682	21,6	16,3
Segurança Pública	39.413	43.504	(4.091)	(9,4)	(13,3)
Saneamento	35.422	36.734	(1.312)	(3,6)	(7,7)
Agricultura	20.788	17.864	2.924	16,4	11,3
Transportes	11.072	8.007	3.065	38,3	32,3
Encargos Especiais	56.028	38.604	17.424	45,1	38,9
Outras	54.638	60.799	(6.161)	(10,1)	(14,0)
TOTAL	1.272.891	1.186.605	86.286	7,3	2,6

Fonte: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Humano.

40. Em mesmo sentido teve as despesas com Educação, que em 2021 teve um ganho nominal de R\$ 35,9 milhões em relação a 2020, com crescimento real de 6%. Outra importante área reforçada foi a Assistência Social, com uma execução 23% maior que o mesmo período de 2020.

41. A seguridade social, que engloba as áreas da saúde, assistência social e previdência tiveram uma execução em 2021, de mais de R\$ 384,3 milhões, frente ao gasto em 2020 de R\$ 330,8 milhões.

42. Destaca-se o gasto com o Cartão da Família, auxílio financeiro que a Prefeitura de Palmas criou como contorno para aquelas famílias não alcançadas pelos programas de ajuda da União, e que destinou mais de R\$ 6 milhões para compra de gêneros alimentícios.

43. Outra importante função relaciona diretamente com os investimentos realizados pelo município de Palmas na geração de emprego e indução do desenvolvimento, tendo o Urbanismo respondido por um incremento nominal de R\$ 10,4 milhões.

44. Somente as obras e instalações tiveram gastos de R\$ 7,7 milhões a mais que janeiro a dezembro de 2020, tendo um crescimento de 15,4% acima da inflação. Os custos da construção devem ser considerados para essa evolução.

45. No contraponto, a redução dos gastos com Administração que retraíram em 9% pode ser explicada pela diminuição dos gastos com material de consumo que teve queda de real de 23% e as diárias que caíram 14,3%, puxadas principalmente pela dinâmica dos órgãos que estavam sobretudo em regime misto de trabalho, com alguns colaboradores em teletrabalho, assim como medidas de contenção de fluxos de pessoas.

46. De outro análise, observa-se a continuidade da redução da execução com despesas de exercícios anteriores, cuja execução até dezembro de 2021 foi de um montante de R\$ 2 milhões, ante os R\$ 14 milhões de 2020. Essas despesas foram paulatinamente reduzidas, corrigindo o fluxo da execução, e já são 86,3% menores.

47. As despesas financeiras cresceram R\$ 4,5 milhões de janeiro a dezembro de 2021 em relação a 2020, devido aos juros e encargos da dívida e os efeitos da postergação de pagamento realizada pela LC 173/2020.

2.3. Resultado primário

48. A Lei nº 2.584/2020 fixou uma meta de resultado primário de R\$ 2,9 milhões superavitário, tendo a programação orçamentárias e financeira contida no Decreto nº 1.992/2021 previsto um alcance de R\$ 6,1 milhões.

49. O valor de referência é o definido na LDO, sendo que as programações orçamentárias e financeira é ajustada no decorrer da execução, podendo flutuar até o fixado na LDO, a depender da conjuntura econômica e fiscal.

50. Neste contexto, até dezembro de 2021 as receitas foram superiores as despesas, gerando um superávit primário na ordem de R\$ 136,7 milhões, sendo 53,2% maior que o mesmo período de 2020.

51. Considerando o empenhado há uma inversão para déficit primário de R\$ 41,6 milhões, que se destaca representar a fase inicial da apropriação da despesa e tende sempre a representar valores superiores para as despesas em relação as receitas, considerando que estas são efetivadas mês a mês, e a despesa em linha geral é empenhada considerando a expectativa para o exercício.

Tabela 6 - Resultado primário do 3º quadrimestre.

R\$ 1,00

DESCRIÇÃO	3º QUADRIMESTRE			
	PREVISTO (A)	REALIZADO (B)	DIFERENÇA (C)=(B-A)	% (D)=(B/A)
I. RECEITAS PRIMÁRIAS (1+2)	1.179.758.291	1.383.551.549	203.793.258	17,27
1. CORRENTES	1.155.834.601	1.379.560.033	223.725.433	19,36
1.1. Tributos	308.729.100	390.109.620	81.380.520	26,36
1.2. Contribuições	83.753.790	82.946.734	(807.056)	(0,96)
1.3. Transferências	747.741.595	892.366.955	144.625.360	19,34
1.4. Outras	15.610.116	14.136.724	(1.473.392)	(9,44)
2. CAPITAL	23.923.691	3.991.516	(19.932.175)	(83,32)
2.1. Transferências	23.923.691	3.988.284	(19.935.407)	(83,33)
2.2. Outras	-	3.232	3.232	-
II. DESPESAS PRIMÁRIAS (4+5+6)	1.173.595.540	1.175.815.435	2.219.895	0,19
4. CORRENTES	960.880.263	1.098.112.572	137.232.309	14,28
4.1. Pessoal e Encargos Sociais	599.053.201	718.070.040	119.016.839	19,87
4.2. Outras Despesas Correntes	361.827.062	380.042.533	18.215.470	5,03
5. CAPITAL	212.715.277	77.702.863	(135.012.414)	(63,47)
5.1. Investimentos	212.715.277	77.702.863	(135.012.414)	(63,47)
5.2. Inversões	-	-	-	-
6. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-
III. RESTOS A PAGAR		71.057.858	71.057.858	-
IV. RESULTADO PRIMÁRIO (I-II-III)	6.162.752	136.678.257	130.515.505	2.117,81

Fonte: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Humano.

**RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO
DO CUMPRIMENTO DA META FISCAL
3º QUADRIMESTRE DE 2021**

52. De outro ponto, na comparação dos resultados do 3º trimestre de 2021 e o de 2020, temos a tabela a seguir:

Tabela 7 – Comparativo resultado dos quadrimestres. R\$ milhares

DESCRIÇÃO	QUADRIMESTRE		VARIAÇÃO %	
	3º 2021 (a)	3º 2020 (b)	NOM. (c)=(a/b)	REAL* (d)=(a/b)
I. RECEITAS PRIMÁRIAS (1+2)	1.383.551.549	1.204.962.495	14,8	9,9
1. CORRENTES	1.379.560.033	1.200.557.458	14,9	9,9
1.1. Tributos	390.109.620	315.340.331	23,7	18,4
1.2. Contribuições	82.946.734	79.788.875	4,0	(0,5)
1.3. Transferências	892.366.955	775.042.259	15,1	10,2
1.4. Outras	14.136.724	30.385.993	(53,5)	(55,5)
2. CAPITAL	3.991.516	4.405.037	(9,4)	(13,3)
2.1. Transferências	3.988.284	4.401.096	(9,4)	(13,3)
2.2. Outras	3.232	3.941	(18,0)	(21,5)
II. DESPESAS PRIMÁRIAS (4+5+6)	1.175.815.435	1.105.663.580	6,3	1,7
4. CORRENTES	1.098.112.572	997.665.641	10,1	5,3
4.1. Pessoal e Encargos Sociais	718.070.040	660.701.855	8,7	4,0
4.2. Outras Despesas Correntes	380.042.533	336.963.786	12,8	7,9
5. CAPITAL	77.702.863	107.997.939	(28,1)	(31,2)
5.1. Investimentos	77.702.863	107.997.939	(28,1)	(31,2)
5.2. Inversões	-	-	-	-
6. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-
III. RESTOS A PAGAR	71.057.858	54.405.610	30,6	25,0
IV. RESULTADO PRIMÁRIO (I-II-III)	136.678.257	44.893.305	204,5	191,3

Fonte: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Humano.

*A preços de janeiro de 2022, IPCA.

53. O superávit primário do exercício de 2021 é explicado pelo fato de que as despesas de capital não atingiram o patamar esperado, não atingindo o ritmo desejado devido a execução dos cronogramas.

54. No conjunto total das despesas primárias, o executado em 2021 foi dentro do estimado, sendo que o crescimento das despesas correntes de R\$ 119 milhões foi capturado pela não execução de R\$ 135 milhões das despesas de capital.

55. O resultado ora apresentado é pela ótica acima da linha, em que consiste tão somente o confronto entre receita e despesa, sendo que a ótica abaixo da linha leva em consideração também a variação da dívida pública, sendo recorrido apenas no encerramento do exercício.

56. O superávit primário de 2021 deve ser avaliado com ponderação, tendo em vista que como destacado, representa as despesas que chegaram à fase do pagamento e possui o resultado de todas as fontes, nem sempre passível de novos arranjos orçamentários e fiscais.

57. O aumento das receitas primárias e diminuição das despesas primárias discricionárias representa o resultado atingido, tendo a Administração um contexto fiscal de equilíbrio na

prestação e continuidade dos serviços públicos, que deve ser observado sobre o aspecto global, inclusive quanto a programação de despesas como o enfrentamento da pandemia, a retomada da economia, e o passivo com servidores.

58. É certo que Palmas possui nota A nos indicadores fiscais, mais uma vez atestada pela Secretaria do Tesouro Nacional, reflexo da boa gestão que preza por um planejamento orientado para a sustentabilidade e continuidade da saúde fiscal, possibilitando o cumprimento de compromissos assumidos com a população.

59. Há de ponderar que o resultado ora apresentado é pela ótica acima da linha, em que consiste tão somente o confronto entre receita e despesa. Pela ótica abaixo da linha, que leva em consideração também a variação da dívida pública, o resultado é o demonstrado a seguir:

Tabela 8 - Resultado Nominal			R\$ 1,00
DESCRIÇÃO	3º Q2021 (a)	3º Q2020 (b)	VARIAÇÃO %
1. Dívida Consolidada	320.661.544,55	213.393.014,11	50,27
2. Disponibilidade e Haveres	318.536.073,41	242.992.896,21	31,09
3. Dívida Consolidada Líquida (1-2)	2.125.471,14	-29.599.882,10	-107,18
4. Resultado Nominal	18.654.988,95	1.206.641,23	1.446,03
5. Resultado Primário acima da linha	136.678.256,87	44.893.304,63	204,45
6. Ajuste metodológico	77.877.839,36	30.253.250,50	157,42
7. Resultado Primário abaixo da linha	40.145.428,56	13.433.412,90	198,85

Fonte: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Humano.

60. O resultado nominal apresenta um comportamento diverso do resultado primário. Quando positivo indica um aumento da dívida, enquanto negativo uma redução. Logo, no exercício de 2021 houve um ligeiro aumento da dívida líquida, visto que foram incluídos os primeiros desembolsos do Programa de Qualificação Urbana no âmbito da CAF.

61. Todavia, o município de Palmas ainda dispõe de uma dívida líquida negativa, visto que as disponibilidades e haveres superam a dívida bruta. Um ponto a ser destacado é que o limite de endividamento é de 120% da RCL, com outros limites de desembolsos e de execução, todos dentro dos parâmetros definidos pela LRF.

62. A capacidade de pagamento do município apurado pela Secretaria do Tesouro Nacional em 2021 conferiu a Nota A, nos três indicadores utilizados: liquidez, poupança e endividamento. A nota de 2021 é uma repetição da nota dos anos de 2018, 2019 e 2020.

63. Esses indicadores sintetizam a saúde fiscal de Palmas, e os resultados fiscais de 2021, mesmo diante de uma crise pandêmica foram excelentes, abrindo possibilidades para manutenção das políticas de atenção à vida no exercício de 2022 e sua ampliação mediante a responsabilidade fiscal.